



## FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

## NOTA TÉCNICA Nº 199/2019/SERCO/COCAT/CGLOG/DEADM/PRESI

**PROCESSO Nº 25100.003935/2019-69****INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS****1. ASSUNTO**

1.1. Proposta de formalização de contrato com os CORREIOS, visando a prestação de serviços postais e telemáticas, malote e venda de produtos, contrato múltiplo, que atendam às necessidades da FUNASA.

**2. REFERÊNCIAS**

- 2.1. Ofício nº 18/2019/COSEG/CGLOG/DEADM/PRESI-FUNASA - Indica servidores para a equipe de planejamento da contatação - SEI 1170858;
- 2.2. Publicação da Portaria nº 3.361/2019 - Equipe de Planejamento - SEI 1184051;
- 2.3. **Documento de Formalização de Demanda** - SEI 1184230;
- 2.4. **Estudo Técnico Preliminar** - SEI 1188421;
- 2.5. Tabela de Precificação - SEI 1229209;
- 2.6. Estimativa de gastos - SEI 1356065;
- 2.7. Orçamento Impacto - SEI 1364164;
- 2.8. Termo de Referência - SEI 1463210;
- 2.9. **Mapa de Riscos** - SEI 1549920;
- 2.10. Minuta de Contrato - SEI 1580061.

**3. DA INSTRUÇÃO E ANÁLISE**

3.1. Versam os autos sobre a proposta de contratação dos CORREIOS, visando a prestação de serviços postais e telemáticas, malote e venda de produtos, e correspondência agrupada para atender às necessidades da Fundação Nacional de Saúde, em razão da imprescindibilidade da utilização contínua de serviços postais.

3.2. Inicialmente, observa-se que o planejamento da pretensa contratação atendeu as seguintes etapas do Artigo 20, §1º, da IN 05/2017/SLTI/MPDG:

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II - Gerenciamento de Riscos; e

III - Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

3.3. Através do Documento de Formalização de Demanda, a Equipe de Planejamento, designada pela Portaria nº 3.361/2019 (SEI 1184051), apresentou a justificativa para a pretensa contratação,

conforme abaixo, programada para entrar em vigência na data de 23 de março de 2020, uma vez que o atual contrato de nº 05/2015, estará vigente até a referida data:

A Funasa é composta, além do Órgão Central, de 26 Superintendências Estaduais e em razão disso faz-se necessária a disponibilização de mecanismos que possibilitem o transporte, coleta e entrega, de forma célere e eficaz, do conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos entre a sede e suas Superintendências e dessas à sede, bem como da necessidade de se remeter documentos e encomendas diversas aos Conveniados, Organismos, Órgãos Públicos em geral e demais interessados, por meio de Sedex, Cartas Comerciais, AR, Impresso a Faturar, Telegramas, MP, Revistas, Manuais e objetos de forma agrupadas ou avulsas, de acordo com suas competências regimentais estabelecidas.

3.4. O Estudo Técnico Preliminar da Contratação (SEI 1229209) registrou que os serviços a serem prestados serão contratados por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**, conforme texto abaixo transcrito.

(...)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

3.5. O referido Estudo citou a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, o qual menciona em seu art. 2º:

(...)

Art. 2º - O serviço postal e o serviço de telegrama são explorados pela União, através de empresa pública vinculada ao Ministério das Comunicações.

§ 1º - Compreende-se no objeto da empresa exploradora dos serviços:

a) planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;

b) explorar atividades correlatas;

c) promover a formação e o treinamento de pessoal sério ao desempenho de suas atribuições;

d) exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

3.6. Bem como o Decreto nº 8.016, de 17 de maio de 2013 – que aprova o Estatuto Social da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, que, em seu art. 4º, aponta:

(...)

Art. 4º A ECT tem por objeto social, nos termos da lei:

- I - planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama;
- II - explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos;
- III - explorar atividades correlatas; e
- IV - exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério das Comunicações.

§ 1º A ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os [incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978](#), conforme [inciso X do caput do art. 21 da Constituição](#).

§ 2º A ECT, atendendo a conveniências técnicas e econômicas, e sem prejuízo de suas atribuições e responsabilidades, poderá celebrar contratos e convênios para assegurar a prestação de serviços.

§ 3º A ECT, no exercício de sua função social, é obrigada a assegurar a continuidade dos serviços postais e telegráficos, observados os índices de confiabilidade, qualidade, eficiência e outros requisitos fixados pelo Ministério das Comunicações.

#### 4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. O levantamento da **quantidade estimada** para essa contratação, segundo o Estudo Preliminar, se deu a partir do Contrato nº 05/2015 (SEI 0025530 - páginas 120/196) - vigente até 23/03/2020 - conforme tabela de precificação (1188421).

4.2. Diante dos dados coletados, encontrou-se um valor estimado de R\$ 6.184.447,80 (seis milhões, cento e oitenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), para o período de 60 meses de contrato.

4.3. Após elaboração do Termo de Referência (1463210) e do Mapa de Riscos (1549920) os autos foram enviados ao Serviço de Compras e Contratos para dar prosseguimento à contratação.

4.4. Após analisar os autos, o chefe do Serco, por meio do Despacho nº 835/2019 (1559387), fez as seguintes indagações à área demandante:

- Quais foram os gastos nos últimos 05 anos com o Contrato nº 05/2015;
- Se os produtos constantes da tabela de precificação (SEI nº 1229209) vem sendo demandados em sua totalidade ou não?
- Se há algum produto constante da tabela de precificação que não foi demandado na vigência do Contrato 05/2015 e, em caso afirmativo, se não seria o caso de ser amortizado da estimativa de custo;
- Se houve redução de custos com o envio de malote/documentos após a implantação do SEI na FUNASA e quais seus impactos/reflexos para a nova contratação.

4.5. De volta ao Serco, com os questionamentos respondidos pela área demandante, conforme Despacho nº 1.003/2019 (1570846), foi informado um novo **valor estimado para a contratação: R\$ 4.075.000,00 (quatro milhões e setenta e cinco mil reais), para 60 meses, face ao novo cenário que se mostra.**

4.6. Diante do novo valor estimado, ressalta-se a necessidade de retificação do Termo de Referência, mas precisamente quanto ao item da Dotação Orçamentária. No entanto, sugere-se que tal retificação seja feita após análise dos autos por parte da PFE, uma vez que poderão ocorrer recomendações da douda Procuradoria relacionadas ao TR.

#### 5. CONCLUSÃO

5.1. Ante o exposto, encaminhamos à Cocat a proposta de Minuta de Contrato (SEI 1580061), cujo objeto visa a prestação de serviços postais e telemáticas, malote e venda de produtos, ofertados pelos CORREIOS, motivo pelo qual sugerimos o seguinte encaminhamento:

5.2. Ao Sr. Coordenador da Cglog/Substituto para, se de acordo com o mérito, proceder o envio dos autos ao Sr. Diretor do Departamento de Administração, visando submeter a referida minuta de

contrato à análise e aprovação da PFE.

RAIMUNDO RODRIGUES DE CASTRO JUNIOR  
Agente Administrativo

De acordo, encaminhe-se à COCAT na forma proposta,

MÁRCIO BIAGE DA SILVEIRA  
Chefe do SERCO



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Rodrigues de Castro Junior, Agente Administrativo**, em 24/09/2019, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Biage da Silveira, Chefe do Serviço de Compras e Contratos**, em 24/09/2019, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.funasa.gov.br/consulta>, informando o código verificador **1580065** e o código CRC **92700762**.